

A “transferência compulsória” palestina nos anos 40

por **Daniel Lopes**
fotos **Divulgação**

*“Então, se quisermos permanecer vivos, temos que matar e matar e matar.
O tempo todo, todo dia. (...) Se não matarmos, deixaremos de existir.”*

*Arnon Soffer, professor de Geografia da Universidade de Haifa, Israel, no Jerusalem Post de
10 de maio de 2004*

Nenhum conflito desde o fim da Segunda Guerra conseguiu atrair para si tanta irracionalidade, lugar-comum e má-fé do que a contenda palestina-israelense. De um lado do campo das simplificações, temos o grupo que defende ser “resistência” o terrorismo de grupos compostos por fanáticos religiosos aproveitadores que vitimizam civis israelenses, quando não aqueles em nome de quem dizem agir. De outro, há os que pensam ser “legítima defesa” o terrorismo estatal israelense.

No meio desse fogo-cruzado em que as paixões afloram, onde há espaço para uma análise mais serena dos fatos? Pode-se contar nos dedos das mãos os intelectuais árabes e israelenses que ainda não se entregaram ao chauvinismo dos governos e facções das áreas em que vivem. Ilan Pappé, historiador israelense, é um deles. Seu livro *The ethnic cleansing of Palestine* (One World, Oxford, 2006) consegue algo fantástico: ir à raiz do problema, lá na década de 1940, mais dramaticamente.



Ilan Pappé:
na raiz do problema

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

Ingênuos especialistas em coisa nenhuma vêem as lutas dos palestinos contra o poderoso estado de Israel (terrorismo à parte, embora a muita gente dos dois lados interesse confundir as duas coisas) como mero ressentimento, inveja, direcionado a um grupo de “colonizadores” bem-sucedidos, que com empreendedorismo e méritos próprios conseguiu vencer a miséria típica de seus incapazes vizinhos árabes; ressentimento que, por extensão, também mira os Estados Unidos, os grandes “civilizadores” do mundo cristão-judaico ocidental.

O erro fatal dessa idéia está na total ignorância dos eventos que cercaram a fundação de Israel. Lendo a mídia *main stream* do Ocidente fica-se com a impressão de que o que ocorreu na década de 40 do século passado foi a criação de um país para os judeus numa terra quase ou completamente desabitada, pronto para conviver em paz e harmonia com o povo palestino, se apenas este assim desejasse. Com o passar dos anos, ainda segundo a lenda, por estarem as nações árabes cheias de “anti-semitas” prontos a perpetrarem um “segundo Holocausto”, o inocente país judaico teve que se armar e, imediatamente após, começar a praticar atos bélicos – unicamente em legítima defesa. Esse engodo de “uma terra sem povo para um povo sem terra”, claro, não floresceu à toa no imaginário do Ocidente cristão. Pois ele próprio, séculos atrás, não havia descoberto uma terra livre para povoamento e exploração que viria a ser conhecida como América? A propósito, é interessante lembrar, como faz Ilan Pappé, da aliança, na primeira metade do século passado, entre sionistas e cristãos milenaristas em favor da ocupação de terras árabes. O fato de esses cristãos fundamentalistas terem apoiado a criação de um estado para os judeus, não na Europa ou nas Américas, mas no Oriente Médio, faz parte da crença de que a volta dos judeus para a “terra sagrada” estaria em consonância com os planos de Deus, e precipitaria a segunda vida de Cristo.

Infelizmente, a realidade histórica é implacável com os estudiosos preguiçosos bem instalados em suas catedrais em governos, academia e mídia. Por mais que os fatos sejam adulterados e omitidos por sabe-se lá quanto tempo, haverá sempre (espera-se) homens e mulheres dispostos a contar o que aconteceu, embasados inclusive nos registros secretos ou nem tanto daqueles que pretenderam que a história fosse contada de uma forma diferente. Neste sentido, a obra de Pappé é inclusive iconoclasta, na medida em que retrata as crueldades cometidas por heróis da historiografia hagiográfica israelense, como o “pai fundador” David Ben-Gurion, um dos mais ativos arquitetos do racista movimento sionista que, do final de 1947 até o início da década de 50, empreendeu uma limpeza étnica na terra palestina, como meio de criar um Israel majoritariamente, se não exclusivamente, judaico. Para a limpeza étnica, Ben-Gurion tinha um eufemismo na ponta da língua e da pena: “transferência compulsória”. Original.

Ephraim Katzir, outro grande nome, futuro presidente do país, foi responsável naquela época por uma divisão responsável por desenvolver armas biológicas para serem usadas contra civis. Sua principal tarefa era a elaboração de uma arma para cegar. Entusiasmado, comunica ao chefe Ben-Gurion: “Nós a testamos em animais. Nossos pesquisadores estavam com máscaras de gás e vestimentas adequadas. Bons resultados. Os animais não morreram (apenas ficaram cegos). Podemos produzir 20 quilos por dia desse material”.

Cumplicidade global

Os Estados Unidos não foram a única potência cujas “intermediações” mais agravaram que ajudaram a melhorar esse conflito oriental. ONU e Inglaterra também foram co-participes na

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

bagunça. A União Soviética e seu bloco de influência na segunda metade da década de 40 doaram armas ao Partido Comunista israelense, que foram parar no exército nacional em sua guerra contra os palestinos, ao mesmo tempo em que França e Inglaterra embargaram a venda de armas a exércitos nacionais árabes que *podariam* defender os palestinos *dentro da área que a ONU havia determinado como sua*.

Mesmo a respeitável ONG Cruz Vermelha, durante os anos de 1948/9, maneirou na linguagem de seus relatórios que descreviam o trabalho escravo de detentos palestinos em prisões construídas especialmente para esse fim – segundo seu texto, os presos participavam de um esforço para “fortalecer a economia israelense”. “Essa linguagem contida não era acidental”, esclarece Ilan Pappé. “Dado seu deplorável comportamento durante o Holocausto, quando falhou em comunicar o que ocorria nos campos de concentração nazistas, sobre o que estava bem informada, a Cruz Vermelha era cuidadosa em sua reprovação e crítica do estado judaico.”

Os ingleses, cujo império já havia colaborado para a implantação de embrionários grupos sionistas na região, em 1922, vinham transferindo *know-how* tático para esses mesmos grupos desde pelo menos 1936, quando, com a crescente insatisfação palestina com a ocupação inglesa, estes incorporaram em suas divisões de repressão comandos sionistas que rapidamente aprenderam como lidar com os revoltosos. Essa repressão durou de 36 a 39 e matou ou exilou grande parte da liderança política palestina, deixando seu povo sem intermediários ou defensores de peso para os anos seguintes.

Então, em 1948, a Inglaterra abandonou irresponsavelmente aquela região, deixando o caminho livre para o grupo mais forte, de sionistas, levar a cabo suas ações contra os nativos. Era o adeus britânico a seus sonhos de grandeza imperial, pois o país ficara fragilizado depois da Segunda Guerra por conta de crises internas e também da ascensão de duas novas superpotências, EUA e URSS. Além do que, in loco, radicais israelenses estavam praticando ataques à infra-estrutura dos britânicos, incapazes de retaliar por conta do enorme valor simbólico que os judeus carregavam devido à recém-encerrada matança hitlerista, que envergonhou toda a Europa e lhes deu certa inviolabilidade. Sabidos, Ben-Gurion e outros representavam tendo ao fundo essa cortina de inocência, sempre alertando o mundo sobre a possibilidade de um novo Holocausto, a ser perpetrado por impiedosos governos árabes. Entre quatro portas, no entanto, eles sabiam que o contingente militar árabe arregimentado para apoiar os palestinos estava bem abaixo das próprias forças israelenses, que sofreram uma baixa de 400 pessoas, é verdade, mas que foram surpreendidas enquanto circulavam nas amplas áreas entre um acampamento judaico e outro, estrategicamente criados para alargar o território “natural” israelense. Do lado palestino, em meados da década de 40, o número de vítimas fatais já era de 1500, muitas delas civis, atacadas a esmo.

A ONU, por sua vez, recém-criada e sem experiência em intermediação de conflitos, fez um de seus lamentáveis papéis com a resolução 181, de novembro de 1947, que dividiu de forma bastante desproporcional o território em contenda para a formação dos dois estados, o israelense e o palestino. A medida foi uma exagerada concessão aos sionistas, que ficariam com 56% de uma área com cerca de meio milhão de judeus e 438 mil palestinos, enquanto a nação palestina ficaria com 42% do território, englobando 818 mil palestinos e apenas 10 mil

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

judeus. Ou seja, a tática sionista de montar vilas muito afastadas umas das outras, para fazer com que a ONU lhe concedesse a área que ficasse entre elas, dera certo. Com isso, os árabes, que queriam mais tempo de análise da realidade populacional, retiraram-se da mesa de negociações. Os judeus radicais, embora tivessem ganhado de presente uma área maior que a que seria razoável, vibraram com essa saída árabe, e na verdade só aceitaram ficar com os 56% porque tinha a esperança, a *intenção*, de expandir ainda mais suas fronteiras no futuro não muito distante – Ben-Gurion: as fronteiras “serão determinadas pela força, e não pela resolução” das Nações Unidas.

Durante as ações de tropas israelenses contra vilas palestinas, a ONU preferiu cruzar os braços, apesar dos constantes alertas de seus funcionários na região, de que os palestinos estavam sendo expulsos de suas casas “por força ou ameaça”. Preferiu dar crédito ao embaixador de Israel na organização, Abba Eban, que reconheceu que os refugiados eram um “problema humano”, mas da responsabilidade de ninguém em especial. Também por conta do lobby israelense, as Nações Unidas, na época, criaram um corpo exclusivo para lidar com os refugiados palestinos, ao invés de empregarem a Organização Internacional para Refugiados, a mesma que prestava assistência aos sobreviventes judeus do Holocausto, o que poderia levar a opinião pública a comparar a violência israelense com a nazista, verdadeiro sacrilégio.

A guerra suja

No final da década de 30, a liderança judaica já havia levantado fartas e minuciosas informações sobre as terras e o povo palestino dentro da área que planejava incorporar a uma “Grande Israel”. Esse banco de dados seria usado quando da limpeza étnica, que foi mais intensa nos meses do final de 47 e início de 48. “Quando a missão acabou”, escreve Ilan Pappé, “mais da metade da população palestina nativa, próxima de 800 mil pessoas, havia sido desabrigada, 531 vilas destruídas, e sete áreas urbanas esvaziadas”.

Um exemplo típico do modus operandi do terror israelense pode ser encontrado ao analisar o caso da localidade de Kishas:

Kishas era uma pequena vila com umas poucas centenas de muçulmanos e uma centena de cristãos, que viviam pacificamente em uma única localidade topográfica (...) Tropas judaicas atacaram a vila em 18 de dezembro de 1947, e começaram a explodir casas ao acaso na calada da noite, enquanto os ocupantes ainda estavam em sono profundo. Quinze moradores, incluindo cinco crianças, morreram no ataque. O incidente chocou o correspondente do New York Times, que acompanhou de perto o desenrolar dos eventos. Ele pediu uma explicação à Hagana [uma das facções do movimento sionista], que primeiro negou a operação. Quando o insistente repórter não deixou passar, ela finalmente admitiu sua existência. Ben-Gurion publicou um dramático pedido de desculpas, defendendo que a ação não havia sido autorizada, mas, poucos meses depois, em abril, ele a incluiu numa lista de ações bem sucedidas. (p. 57)

O leitor de *The ethnic cleansing of Palestine* ficará surpreso ao perceber a espantosa semelhança entre os crimes israelenses de hoje com aqueles da década de 1940. Se tínhamos então a presença do militante sionista fanático que explode bombas no meio de populações civis (expediente usado hoje por extremistas árabes, que se permitem explodir junto com a

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

bomba), veremos também como surgiu a defesa de retaliações militares desmedidas e imorais ante qualquer provocação ou demonstração de resistência. Ben-Gurion, sempre ele, registrou certa vez em seu diário as seguintes palavras:

Há agora a necessidade de uma reação forte e brutal. Precisamos ser precisos quanto ao tempo, lugar e quanto àqueles que atingimos. Se acusamos uma família, temos que atingi-la sem piedade, mulheres e crianças incluídas. De outra forma, não será uma reação efetiva. Durante a operação não há necessidade de distinção entre culpados e não-culpados. (p. 69)

É sempre bom citar as pérolas de Ben-Gurion, não por malícia, mas porque assim se desfaz um outro mito, o de que os excessos israelenses foram a exceção, atos condenados pelos bem-intencionados líderes do movimento de “independência”. Não, os atos sórdidos foram a regra, idealizada, programada e executada com o total aval dos chefes militares e políticos.

Ontem e hoje

Alguém em nossos dias que limite seu conhecimento do que acontece no planeta às seções de Mundo dos jornalões vai achar que a invasão do Iraque pelos Estados Unidos de W. Bush em 2003 teve de fato a ver com os ataques de 11 de Setembro de 2001. Pensará também que o bombardeio indiscriminado de áreas habitadas no sul do Líbano por parte de Israel, em 2006, teve mesmo a ver com o seqüestro de dois oficiais de seu exército por um grupo terrorista. O ambicioso sonho em anexar a parte sul do Líbano à “Grande Israel” concretiza-se em atos de agressão direta desde 2001, 1982, 1981, 1978, 1948.

Do mesmo modo, massacres como os do campo de refugiados de Jenin, há seis anos, têm precedentes nos de Wadi Ara em 2000, Kfar Qana em 99, Sabra e Shatila em 82 (no qual Ariel Sharon teve grande participação), Galiléia em 76, Samoa nos anos 60, Qibya e Kfar Qassim nos 50, e nos de Khirbat Ilin e Hebron na década de 40. Está tudo documentado nos arquivos militares israelenses explorados por estudiosos palestinos e, claro, por Ilan Pappé.

Esses não são os únicos links com o passado que o historiador israelense traça em seu indispensável livro. A impunidade que mantém em seus postos militares *culpados* de crimes de guerra, quando não os promove, é uma realidade, agora e sempre. Há um caso horrível mas exemplar: como confirmou na edição de 29 de outubro de 2003 o diário israelense *Ha'aretz*, baseado na confissão dos próprios perpetradores (a imprensa israelense costuma ser muito mais crítica de seus governos do que o são os jornais ocidentais para com os mesmos), em 12 de agosto de 1949 um comando militar israelense raptou, na localidade de Nigez (hoje, no norte da Faixa de Gaza), uma garota palestina de doze anos de idade. Durante os dias seguintes, ela seria torturada e violentada por vinte e dois soldados e, finalmente, morta. Pois a corte instalada para fazer justiça aplicou uma sentença duríssima a *um* dos vinte e dois criminosos: dois anos de prisão.

O racismo também permanece latente em meios influentes da sociedade israelense. Há uma angustiante preocupação dos líderes nacionais em relação ao “problema demográfico” do país, a saber, a cada vez mais alta porcentagem de árabes em relação ao número de judeus, empecilho seríssimo a um Israel puro, ou seja, majoritária ou exclusivamente judaico. Esse “problema demográfico” às vezes chega mesmo a ser referido como uma “ameaça

“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”

demográfica”, e é aí que os habitantes não-judeus de Israel começam a realmente ficar preocupados com seu futuro, que não exclui uma nova limpeza étnica, abertamente defendida por partidos como o do radical Avigdor Liberman, que qualquer ano desses ganha uma eleição presidencial. E não custa lembrar que em 2003 o Knesset, parlamento da nação que se gaba de ser “a única democracia da região”, aprovou uma medida abertamente discriminatória, proibindo um palestino ou palestina de conseguir cidadania ou residência no país ao casar-se com um judeu ou uma judia.

Há ainda o caso do eterno drama da repatriação dos palestinos expulsos de suas casas, em seguida demolidas ou queimadas, não sem antes ter os bens devidamente saqueados para prover uma base material para os judeus vindos da Europa pós-guerra.

É claro que, sob o ponto de vista israelense, a origem do estado de coisas atuais está no ano de 1967, quando, segundo a história oficial, o país foi obrigado a partir para a ofensiva e conquistar territórios palestino, sírio, egípcio e jordaniano puramente para se defender do nascente movimento de resistência palestina. Negando assim os crimes de 48, Israel sequer aceita discutir a repatriação, condição sine qua non para os palestinos – e também para a ONU, cuja Assembléia Geral assim decidiu em dezembro de 1948, no que foi solenemente ignorada pelas autoridades israelenses.

A cada dia que passa, fica mais difícil para a comunidade internacional montar um grande plano de retorno dos refugiados e seus descendentes, se é que o mundo ainda tem algum interesse nessa matéria. É que, como parte do racismo que quer um estado judeu e ponto final, vilas e sítios de grande valor cultural e religioso para os nativos muçulmanos têm sido sistematicamente destruídos para dar lugar a assentamentos judeus ou, quando não, serem transformados em “florestas naturais”. Assim, as novas gerações de israelenses aprendem que esses são lugares sagrados e ancestrais... da cultura hebraica – um expediente que faria inveja aos responsáveis por apagar o passado na ditadura criada por George Orwell em 1984.

E então, há os “processos de paz”. Nos últimos capítulos de *The ethnic cleansing of Palestine*, há impagáveis páginas sobre esses processos, criados nos gabinetes do governo israelense e apresentados, sem ouvir o outro lado, à comunidade internacional (EUA, Inglaterra e União Européia), que prontamente os aceita, virando-se em seguida para os palestinos, na espera de que eles demonstrem alguma boa vontade. Mas a respeito da seriedade de medidas como a retirada de assentamentos judaicos na Faixa de Gaza, ordenada pelo fanfarrão Ariel Sharon em 2005, basta citar o que dissera um ano antes o seu porta-voz Dov Weissglas ao jornal *Ha'aretz*: “O significado do plano de retirada é o congelamento do processo de paz. E quando você congela aquele processo, você evita a criação de um estado palestino, e evita a discussão sobre os refugiados, as fronteiras e Jerusalém. Efetivamente, todo esse pacote chamado estado palestino, com tudo o que ele requer, foi indefinidamente removido de nossa agenda.”

Daniel Lopes é estudante de jornalismo e colunista do site Digestivo Cultural.
blog: www.danielslopes.com



“REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO”